

EDUCAÇÃO PÚBLICA NÃO
SEXISTA e ANTIRRACISTA e
DIREITO À EDUCAÇÃO DO e
NO CAMPO



POR QUE AS MARGARIDAS SEGUEM EM MARCHA POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA e ANTIRRACISTA e PELO DIREITO A EDUCAÇÃO DO CAMPO?

Porque desde o golpe de 2016, as margaridas tem vivenciado um rompimento do processo de avanço educacional, observado nos anos anteriores. Os cortes orçamentários efetuados desde então inviabilizou o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), desmontando importantes programas, promotores do acesso de mulheres, populações rurais, indígenas e negras(os) à educação. Os avanços observados nos 13 anos dos governos Lula e Dilma foram retrocedendo. Notadamente, durante o Governo Bolsonaro houve fortes ataques às escolas do campo, muitas das quais foram fechadas. Além disso, as ações e decisões tomadas na esfera governamental foram transversalizadas pelo sexismo e pelo o

racismo, agravando as violências e opressões, de diferentes ordens, contra as mulheres, particularmente, as negras. A Educação do Campo como direito, contextualizada na realidade dos territórios rurais, para exercer o seu papel transformador, deve ter como princípio fundante a luta contra o sexismo e o racismo, desde a sua concepção até a construção do currículo e conteúdos.

Além disso, defender uma educação pública, gratuita, de qualidade, não sexista, antirracista, contextualizada, intercultural e laica é uma das maneiras de conquistar a emancipação das mulheres, respeitando suas especificidades e garantindo a igualdade de seus direitos. Mais que isso, é imprescindível resguardar as políticas educacionais para garantir o acesso das mulheres em todos os níveis de ensino e manter a vigilância permanente contra as práticas de discriminação de gênero e raça que existem nas escolas e fora delas, em todas as suas instâncias e espaços. Enquanto a educação não estiver a serviço da superação das desigualdades, da construção de um mundo solidário, justo, que valorize e dê lugar à diversidade de identidades, povos e modos de vida, as mulheres do campo, da floresta e das águas continuarão em marcha para transformá-la.

A importância da educação para a emancipação das mulheres do campo, da floresta e das águas

Para compreendermos a luta da Marcha das Margaridas, em torno deste eixo político, é importante entendermos a educação como um processo de relações que o indivíduo estabelece com o meio social, em diferentes momentos de sua vida e em diferentes espaços. Assim, a educação é ao mesmo tempo: i) direito constitucional, que assegura a toda cidadã e cidadão brasileira(o) o acesso à escola e ao ensino de qualidade, sendo este um papel do Estado; ii) ação que ocorre fora da escola e envolve diferentes formas de aprender e ensinar, como as iniciativas formativas desenvolvidas por grupos, organizações, comunidades, movimentos e outros tipos de coletividades; iii) processo de socialização que se dá a partir dos valores reproduzidos pela família, comunidade, igreja, meios de comunicação e etc.

Todo o processo educacional, escolar e NÃO ESCOLAR, contribui para a formação de opiniões, valores, comportamentos que formam as crianças, jovens e adultos e que podem acompanhá-las por toda a vida. Com isso, a educação assume um potencial fundamental, para transformar as relações estabelecidas na sociedade, superando as relações machistas e racistas. É por acreditar na capacidade transformadora da educação que seguimos em marcha.

O termo “educação não escolar” se refere aqui aos processos formativos que ocorrem fora da escola e são desenvolvidos por organizações, movimentos sociais, sindicatos e outros grupos, por meio de cursos, oficinas, atos culturais, assembleias populares, reuniões e etc. Estes espaços assumem um papel tão importante quanto o da escola, no sentido de construir processos educacionais não sexistas e antirracistas e formar cidadãs e cidadãos que leiam, interpretem e ajam no mundo de forma crítica e autônoma.



Até quando não atende diretamente às mulheres, o direito à educação exerce papel fundamental para reparar as desigualdades por elas vividas. Nesse sentido, a garantia do acesso das crianças a creches, a educação infantil e outros níveis de ensino é uma demanda central na luta das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades. Com a oferta de educação pública e de qualidade às suas filhas(os), nos diferentes níveis escolares, o Estado divide com as mulheres as responsabilidades com os cuidados e educação das crianças, ampliando as possibilidades de inserção das mulheres no mundo do trabalho, que promove maior autonomia econômica, ou mesmo favorecendo maior tempo livre para que possam dedicar-se a atividades de seu interesse.

Há uma combinação de fatores que estruturam os limites colocados às mulheres para o acesso à educação, sendo eles objetivos (como a pobreza, o isolamento geográfico, etc.) e subjetivos, que estão ligados, dentre outras coisas, aos valores preconceituosos reproduzidos pela sociedade. Estes fatores, objetivos e subjetivos, funcionam de forma combinada, gerando mais dificuldade para as mulheres do campo, da floresta e das águas, alcançar o direito à educação.

São eles:

Muitas gerações de mulheres foram e são proibidas de frequentar a escola por conta da **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**, que as responsabiliza pelo trabalho doméstico e reprodutivo.

Para as(os) negras(os) a escola sempre foi um lugar não autorizado. O **RACISMO** e toda a opressão gerada pela escravização de negros(as), geram ainda hoje dificuldades de inserção social.

Sobre as populações rurais recaem imagens que as associam ao agrícola, ao atraso e à ignorância, condições que restringem, historicamente, a oferta a direitos e serviços nestes territórios, sendo limitada a disponibilidade de escolas no meio rural, e menor ainda, a oferta de uma educação contextualizada com os saberes e realidade local.

Além desses fatores, contribui para a limitação do acesso, a forma como a escola está organizada e como a escola se apresenta para as populações rurais no seu calendário, na sua localização, no seu currículo.

Diante de tantas restrições, a luta da Marcha das Margaridas por educação só faz sentido se estiver alinhada com uma abordagem não sexista, antirracista e pela Educação do Campo. Trataremos mais detalhadamente sobre cada uma destas perspectivas.

Divisão sexual do trabalho: é a atribuição de tarefas ou responsabilidades diferentes a homens ou mulheres, que embora justificadas pelas diferenças do sexo biológico são, na verdade, resultado das relações sociais, que historicamente organizam o trabalho na sociedade. Em linhas gerais, tem por característica a responsabilização dos homens pelas atividades produtivas e das mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e rendimentos das mulheres, já que elas são destinadas a ocupações menos valorizadas socialmente de baixa ou nenhuma remuneração.



O racismo é uma ideologia, um sistema de poder que atravessa toda nossa existência, colocando em prática um sistema de dominação social. Assim, como prática de dominação social, o racismo fundamenta a ideia de superioridade do grupo branco e de inferioridade de todos os grupos não brancos

Precisamos de uma educação não sexista!

Quando defendemos uma educação não sexista estamos dizendo que os diferentes ambientes que educam a sociedade, que inclui a escola e outros espaços de formação dos sujeitos, não devem reproduzir ideias, valores e crenças, que desqualifiquem as mulheres, ou restrinjam suas oportunidades. Diz respeito a romper com a falsa noção de que existem coisas de menina e de menino.

O sexismo é o nome dado para a discriminação baseada no sexo. Vivemos numa sociedade cheia de discriminações e regras que assumem diferentes formas para homens e mulheres. Essas diferenças, baseadas no sexo, acabam por produzir desigualdades, colocando as mulheres em posições inferiores às dos homens.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades
(Boaventura dos Santos).

Desde os primeiros momentos de socialização das crianças na família há uma visão sexista de educação. Desde pequenas elas são bombardeadas, com aprovações e reprovações do seu comportamento. Se forem meninas, são tratadas como sensíveis, frágeis, comportadas e dadas às tarefas domésticas, até nos momentos das brincadeiras (brincar de fazer comidinha, cuidar das bonecas, etc.); já se forem meninos, espera-se que sejam espertos, travessos, gostem de futebol, tenham muitos amigos e sejam ganhões.

Na escola não é diferente. Quando olhamos para a dinâmica da educação infantil ou mesmo do ensino fundamental percebemos que ela se organiza fazendo diferenciações de gênero. As escolas acabam construindo no imaginário de nossas crianças e jovens que existem dois mundos, um acessível para as meninas e o outro de sucesso para os meninos. Nos livros didáticos também são poucas as referências à participação das mulheres na história do país, ou ainda, como cientistas responsáveis por grandes descobertas. As poucas aparições das mulheres, nas ilustrações e conteúdos, estão normalmente vinculadas às atividades domésticas.

A Marcha das Margaridas propõe que em todos os espaços educativos, sejam eles escolares ou não escolares, como sindicatos, associações, reuniões nas comunidades entre outros, debatam e pratiquem a igualdade entre os gêneros, respeitando suas diferenças. Estas são bases fundamentais para construir um mundo sem desigualdades e preconceitos.

Se as escolas adotarem essa perspectiva, estaremos contribuindo para a igualdade entre homens e mulheres, de forma a combater desigualdades, injustiças, violências domésticas, bem como o feminicídio, educando as pessoas para serem companheiras uma das outras e não indivíduos em constantes disputas. Mas outras formas de discriminação se reproduzem nos espaços educativos, e o racismo é uma delas.

Educação antirracista: o que isso quer dizer?

Inquestionavelmente, as escolas exercem um papel crucial na construção das identidades das crianças e de como elas enxergam o mundo e as pessoas que nele habitam. Elas se formam num ambiente que, em geral, reforça referências negativas de negras(os), indígenas, agricultoras(es) familiares, camponesas(es) e demais grupos sociais quem compõem a população do campo, da floresta e das águas; e que apaga as contribuições desses povos para a formação do nosso país. Além disso, esses ambientes tendem a reproduzir valores e conteúdos que não lhes dão suporte para valorizar suas origens e a sua ancestralidade. Lamentavelmente, a instituição escolar, de um modo geral, como espaço privilegiado que é, apresenta uma propensão para a vivência e a manutenção de práticas, comportamentos e ideais racistas.

Na infância, o racismo apresenta-se, principalmente, por meio de dois aspectos: de forma institucional, quando viola o direito das crianças de se desenvolverem plenamente, ao impedi-las de viver, crescer e aprender de forma igualitária; e, nas relações sociais, quando expõe essas crianças ao constrangimento e à violência psicológica, existentes nas situações de discriminação. As crianças não o percebe de imediato, mas as experiências racistas que são vivenciadas na infância têm consequências danosas por toda sua vida.

Por isso, é preciso que os materiais didáticos das escolas dialoguem sobre as questões de gênero, raça e etnia, contextualizada com a diversidade do campo, da floresta e das águas, e que traga nas suas raízes pedagógicas a emancipação e autonomia das mulheres, da população negra e indígena, da juventude, das crianças, enfim, dos sujeitos do campo. Das 54.403 escolas existente no campo, atual-

mente, somente 7.992 utilizam material didático específico, que traz reflexão sobre o território, sobre os sujeitos do campo, da floresta e das águas, e que pautam a questão de gênero e de raça-etnia; e das aproximadamente 3.363 escolas existentes em comunidades indígenas, somente 1.214 utilizam material didático voltado para a educação escolar indígena.

E por fim, é preciso considerar a construção, de fato, de uma educação laica, como defende a Constituição Federal de 1988, que considera e respeita as escolhas religiosas das(os) estudantes e suas famílias, sem discriminar ou constranger as crianças por causa da religião que praticam em suas casas ou comunidades de culto; e sem privilegiar teoria ou doutrina religiosa.

A educação laica se caracteriza por um ensino desvinculado de princípios ou interpretações religiosas, devendo ser assegurado de forma gratuita pelo Estado. Isso não significa dizer que às(aos) estudantes é vetado o direito de viver livremente suas crenças e religiões, pelo contrário, a laicidade da educação busca promover o respeito a todas as religiões, não se valendo, para isso, de nenhuma doutrina religiosa.

O respeito às diferenças está no centro da educação que as margaridas almejam, no sentido de romper as desigualdades e garantir igual respeito e valorização de todos os grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Uma educação comprometida com o combate ao racismo é direito de todas as pessoas, sejam elas negras, brancas, indígenas ou de qualquer grupo étnico-racial, sejam elas do campo ou da cidade.



Você sabia que nas últimas décadas, no Brasil, a implementação das cotas raciais aumentou em quase quatro vezes as chances de negras(os) terem um diploma de graduação? A consolidação das cotas aconteceu principalmente com a Lei nº 12.711, de agosto de 2012, conhecida também como Lei de Cotas. A Lei estabeleceu que, até agosto de 2016, todas as instituições de ensino superior deveriam destinar metade de suas vagas, nos processos seletivos, para estudantes egressos de escolas públicas, sendo que a distribuição dessas vagas deve também levar em conta critérios raciais e socioeconômicos.

Pelo direito à Educação do Campo!

Antes de tudo, devemos compreender que a Educação do Campo nasce antes das necessidades concretas das populações do campo, das águas e das florestas na luta pelo direito à educação, que lhes foi historicamente negada. Uma luta ainda necessária visto que o analfabetismo no meio rural ainda é uma chaga a ser superada. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021, a taxa média de analfabetos nesta população é de 20%.

Muito mais do que uma modalidade de ensino, a educação do campo é um grande movimento que nasce das lutas dos movimentos

sociais e sindicais do campo. Portanto, ela tem suas raízes fincadas nos modos de vida que existem no campo, na floresta e nas águas, a partir da diversidade de seus sujeitos, e das formas como eles constroem suas culturas, saberes, trabalho, tempos e territórios de vida e resistência.

Ela parte do sentido de emancipação dos sujeitos do campo, da floresta e das águas, por meio de uma leitura crítica da realidade. Como seu próprio nome anuncia, não basta estar no campo (situada num determinado espaço geográfico), precisa ser do campo. Contrapondo-se à formação instrumental que se justifica pela ideia de formar para o mercado, a sua pedagogia parte do fortalecimento da identidade coletiva, para que as pessoas não visem somente a si mesmas, mas à totalidade ampla dos povos.

As margaridas das águas, representadas na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) sempre expressaram o seu querer por uma Educação do Campo com arranjos pedagógicos diferenciados, que respeitando os saberes tradicionais dos povos e comunidades das águas, incorporasse uma Pedagogia da Maré obedecendo o Calendário Lunar, pois é ele quem dita o horário de começo e fim das pescarias, em conformidade com o tempo-maré. Uma pedagogia que possua práticas pedagógicas baseadas nos saberes, fazeres e culturas tradicionais das suas comunidades, que seja contextualizada em materiais didáticos exemplificados a partir da realidade local, e que, por fim, promova metodologias participativas, incluindo experiências e vivências nos seus espaços produtivos e socioculturais.



Portanto, a Educação do Campo deve ser pensada como algo que brota de dentro, integrada às questões do trabalho, dos conhecimentos ancestrais, da luta pela terra, pelos direitos sociais e do embate com o agronegócio que lança impactos sobre o país e sobre a vida das pessoas, notadamente sobre a vida das mulheres. Por isso, o direito das(os) trabalhadoras(es) do campo à educação como instrumento político para romper com as formas de subordinação que interessam ao capital.

Embora enraizada na realidade dos povos do campo, da floresta e das águas, e orientada por um currículo, calendário, vivências e conteúdos que valorizam as diferentes formas de viver e ser desses povos, a Educação do Campo só se efetivará na medida em que for capaz de questionar as práticas machistas estabelecidas na sociedade, reconhecendo e valorizando as mulheres do campo, da floresta e das águas e o seu trabalho. Não é possível construir relações justas, igualitárias e solidárias no campo, sem superar as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Se há racismo e sexismo não é Educação do Campo.

A educação do campo e as políticas públicas

A Educação do Campo tem como uma das frentes de atuação as políticas públicas de educação. Desde o final dos anos 1990, os movimentos sociais e sindicais têm proposto políticas e legislações específicas e disputado as lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Dentre as primeiras conquistas está a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltado à garantia do acesso à escolarização por parte de jovens e adultos, trabalhadores das áreas

de reforma agrária, do crédito fundiário e das comunidades quilombolas e extrativistas, que não haviam garantido o direito de se alfabetizar, tampouco o direito de continuar os estudos em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo foram outra grande conquista para a formação de professoras(es) das escolas do campo. Necessária para a ampliação e manutenção das escolas, esses cursos ainda formam professoras(es) para garantir que as escolas do campo possam ofertar o ensino fundamental completo e o ensino médio.

Além disso, as lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo garantiram que o Conselho Nacional de Educação, órgão máximo que estabelece as normas para o funcionamento da educação em todo o País, aprovasse, ainda no ano de 2020, uma Resolução que garantisse a alternância dos tempos de estudos nas escolas e nas universidades. Assim, fica permitido que as escolas rurais e urbanas, e também universidades, que recebem estudantes do campo possam organizar o calendário de acordo com as necessidades das populações.



Na atual conjuntura, quais os desafios da luta por uma Educação do Campo, antirracista e não sexista?

Os retrocessos nas políticas educacionais após o Golpe de 2016, intensificados no Governo Bolsonaro e agravados pela pandemia da Covid-19, provocaram enormes desigualdades educacionais, principalmente nas populações do campo, das águas e das florestas. A falta de infraestrutura tecnológica e digital no campo, nas florestas e nas águas, dificultou o acesso de milhares de estudantes do Brasil profundo, numa época em que o isolamento era a principal forma de prevenção, aprofundando ainda mais as desigualdades no cenário educacional do país. Além disso, nos últimos tempos se fez sentir entre nós, o avanço de pautas conservadoras e fundamentalistas que atingiram o debate da educação, de uma forma danosa, gerando vários retrocessos.

Durante os 13 anos dos Governos Lula e Dilma, o país viveu um momento de grandes investimentos e avanço da educação brasileira, em resposta às lutas construídas pelos movimentos sociais e sindicais em todo o Brasil. Entre outras conquistas podemos citar: o crescimento do número de jovens que ingressaram no ensino médio na idade certa; ampliação do acesso ao ensino superior, com a instalação de campus das universidades públicas no interior do Brasil; criação e interiorização dos Institutos Federais visando à oferta de educação técnica pública; instituição, dentro do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e nela a Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, fazendo com que esses povos passassem a ter espaço na política educacional.

Houve também importantes vitórias, no con-

texto da educação antirracista. Uma delas foi a aprovação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Por meio dela, buscou-se romper o silêncio, em sala de aula, sobre a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da nossa sociedade, reconhecendo e valorizando as(os) negras(os) como sujeitos históricos, tendo o pensamento e ideias de importantes intelectuais negras(os) brasileiras(os), a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas como parte dos conteúdos e abordagem político-pedagógica.

As ações afirmativas, principalmente, por meio da política de COTAS RACIAIS e as políticas de inserção das(os) indígenas nas universidades, é também um legado importantíssimo, para reparar desigualdades sociais, econômicas e educacionais que afetam grupos étnico-raciais que compõem o povo brasileiro. Por meio delas, fomos percebendo, principalmente na educação superior, que as instituições de ensino passaram a ser frequentadas por negras(os), indígenas, trabalhadoras(es).

Cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, como o Brasil, a fim de diminuir as desigualdades econômicas, sociais e educacionais enfrentadas por pessoas negras e indígenas de diferentes etnias. Como o próprio nome diz, as cotas se referem a política de destinação de vagas nas universidades e concursos públicos, para negras(os) e indígenas, por meio de processo seletivo.

No entanto, ainda é preciso pensar sobre a ampliação do acesso da juventude do campo, da floresta e das águas ao ensino médio e ao ensino superior como um direito, porque o que acontece na realidade é um desestímulo, como se a educação superior fosse inatingível para eles. E como isso é construído do ponto de vista da ideologia, essa juventude não se sente no direito de lutar pelo ensino superior, e por isso as margaridas marcham, para garantir que se tenha políticas estruturantes de acesso ao ensino superior para a juventude do campo, da floresta e das águas - e para as mulheres principalmente.

Com o golpe de 2016, houve o rompimento desse processo de avanço educacional e um declínio na educação do Brasil. Uma das primeiras medidas, após o golpe, foi a aprovação da Emenda Constitucional 95 que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, especialmente nas áreas de Segurança, Saúde e Educação. Os cortes orçamentários, decorrentes desta medida, acertam em cheio a educação brasileira, desmontando importantes programas, promotores do acesso de mulheres, populações rurais, indígenas e negras(os) à educação, como o PRONERA, Licenciaturas em Educação do Campo e as próprias políticas afirmativas, como a Bolsa Permanência para os(as) estudantes, impactando, principalmente, estudantes do campo, notadamente, negras(os), quilombolas, indígenas. Por causa desses cortes muitas(os) estudantes foram forçadas(os) a abandonar os estudos.

Outro ataque à educação brasileira vem sendo protagonizado por grupos conservadores, que se autodenominam como movimento Escola Sem Partido. Estes grupos contam com representantes no legislativo e têm buscado aprovar legislações que tiram a autonomia de professoras(es) para abordarem os conteúdos previstos nas bases curriculares nacionais. Estas leis, se aprovadas serão como mordidas, tornando a escola um lugar sem pensamen-

to crítico, alheia às questões que envolvem a formação de cidadãs e cidadãos emancipadas(os) e indiferentes aos sentimentos que estão no cotidiano de adolescentes e jovens brasileiras(os), como as relações de gênero, sexualidade, igualdade racial, etc. Por isso, estes Projetos de Leis são evidentemente contrários à luta da Marcha por uma educação não sexista e antirracista.

Há outras iniciativas que ameaçam o caráter democrático da educação em nosso país, como por exemplo, a militarização das escolas públicas. Por meio dessa iniciativa, a gestão das escolas passa a ser integrada por militares, sendo adotados os princípios básicos de hierarquia e disciplina na rotina escolar, como: bater continência ao chegar à escola; passar pela revista do coordenador de disciplina; no caso dos meninos, manter os cabelos sempre cortados, já entre as meninas, mantê-los sempre presos. Muitos governos justificam que a militarização pode ajudar a conter a violência no espaço escolar, como também se apoiam no bom desempenho das(os) estudantes dos colégios militares em exames de avaliação do conhecimento.

Muitas famílias apoiam as escolas militarizadas por achar que suas(seus) filhas(os) terão uma educação com a mesma qualidade daquela que é ofertada nos Colégios Militares, onde a maioria são filhos de militares de alta renda e cargos, com professoras(es) melhor remunerados e com menores cargas de trabalho, com estudantes de maior acesso à renda e recursos tecnológicos e educacionais, além de contarem com processos de seleção minuciosos para o ingresso das(os) estudantes em suas escolas.

As escolas públicas militarizadas não estão preocupadas com qualidade da educação, mas apenas em disciplinar as meninas e os meninos pobres “vendendo” a ideia de que assim podem render mais nos estudos e se proteger da violência.

Outra medida que vem assombrando o debate educacional na atualidade é o Projeto de Lei 2401/2019 que tramita no Congresso Nacional, anunciado pelo antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), para regulamentar a EDUCAÇÃO DOMICILIAR. Num país de profundas desigualdades econômicas, sociais, culturais e educacionais, aonde existem crianças que frequentam a escola, com a intenção principal de fazer uma ou mais refeições e cuja única oportunidade de acesso ao direito à educação está nas escolas públicas, o debate da educação domiciliar é realmente bastante complexo. Se por um lado, pode dar liberdade aos pais para escolherem educar seus filhos em casa, por outro, seus impactos podem ser muito nocivos, na medida em que enfraquece a luta por uma educação escolar pública e de qualidade; desconsidera a importância da escola como espaço de socialização e troca com diferentes pessoas e ideias.

Educação domiciliar é aquela realizada no domicílio da(o) estudante, por um familiar, pessoa que com ele habite ou mesmo por um(a) professor(a) contratado pela família.

Em meio a esses retrocessos destaca-se ainda, o fechamento das escolas do campo. O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 2022 registrou um total de 153.430 escolas fechadas no Brasil nos últimos 21 anos (2000-2021), sendo mais de 60 mil escolas da educação básica fechadas em territórios rurais.

Soma-se a isso o fato do Conselho Nacional de Educação (CNE) mesmo tendo aprovado a Resolução da PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA nas escolas do campo e universidades, o Ministério da Educação do Governo Bolsonaro se negou a promulgá-la, ou seja, a autorizar que fosse implementada.

Você sabia que a região Centro-Oeste é a que menos fecha escolas do campo? Curiosamente, a região onde há uma presença forte do agronegócio. Mato Grosso do Sul é o estado dessa região que menos fecha escola e também onde o "Programa Agrinho" é muito forte. Este Programa é uma parceria do Senai com os governos estaduais, e também se encontra presente em estados como Ceará, Paraná, Goiás e outros. Através dele, o agronegócio tem tido penetração nas escolas públicas, estabelecendo com as crianças e a juventude um diálogo que traz uma narrativa "positiva, empática e moderna" sobre o agronegócio brasileiro, fortalecendo a ideia de que o Agro é POP.



Pedagogia da Alternância: é uma proposta de organização escolar que entende que a construção do conhecimento se desenvolve não só em sala de aula, mas também a partir da realidade que as(os) estudantes do campo vivem em seus lotes e comunidades. De forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar, esta forma de modalidade de ensino alterna períodos de formação presencial em sala de aula (tempo escola) e períodos de formação e vivência prática dos conteúdos na roça (tempo comunidade).



toda a comunidade escolar. O conselho deverá receber uma justificativa apresentada pela secretaria de educação, com a análise do impacto sobre o fechamento.

E para finalizar...

É preciso entender que os desafios da educação pública no Brasil são estruturais, portanto, é preciso justamente debater a respeito de políticas educacionais estruturantes que incorporem aos diferentes contextos da população do campo, da floresta e das águas, assim como incorporar questões fundamentais nessas pautas.

O cenário de ataques que a educação sofreu exige, mais do que nunca, que as mulheres do campo, da floresta e das águas sigam organizadas e fortalecidas para defender os princípios constitucionais que afirmam a escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Todas essas dimensões nos impulsionam a marchar, construindo diferentes formas de resistência por uma educação antirracista, não sexista e pelo direito à Educação do Campo.

A partir da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, foram aprovadas a LEI Nº 12.960/2014 e a Portaria nº 391/2016, que regulam diretrizes e processos administrativos relativos ao fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, o que de alguma forma dificulta atos arbitrários vindos dos governos municipais e estaduais, que levam ao fechamento das escolas. Mas isso não é o suficiente! É preciso outras formas de fazer frente ao desmonte das políticas que foi operada pelo Governo Bolsonaro contra as escolas do campo, instaladas nos assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais.

A Lei 12.960 estabelece que antes de fechar escola da educação básica pública que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, o prefeito ou secretário de educação precisa ouvir o conselho municipal de educação, que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores e de

PARA DEBATER MAIS...



Como as questões relacionadas à educação não sexista e antirracista e o direito à educação do campo trabalho são vividas (e sentidas) nos seus territórios?

A partir das reflexões trazidas pelo texto, quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres desde os seus territórios em relação a esse eixo?

Quais seriam as propostas para superação desses desafios?

Que ações e estratégias precisamos construir para conquistar o direito a uma educação não sexista, antirracista e à Educação do Campo?

Material bibliográfico consultado:

FNDE, 2020. Disponível em < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> > Acesso em 03/03/2023.

IBGE. PNAD Contínua 2021

IBEG. PNAD Contínua 2019.

INEP. Censo Escolar 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>> Acesso em 03/03/2023.

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

Equipe:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação dos textos:

Antônio Lacerda Souto - CONTAG
Camila Guimarães Guedes - CONTAG
Marie-Anne Stival Pereira e Lealozzano - Instituto de Estudos de Gênero/UFSC

Contribuição ao texto:

Clarice Aparecida dos Santos - UnB
Eliene Novaes Rocha - UnB

Contribuição ao debate:

Clarice Aparecida dos Santos - UnB
Eliene Novaes Rocha - UnB
Socorro Silva - UFCG
Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023 (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília).

Edição final do texto:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Revisão final:

Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira – CONTAG

Arte de capa:

Ribs

Projeto gráfico e diagramação:

Indi Gouveia e Brenda Cesário

Impressão:

Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG (GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaís Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Morais Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO:



UnB

| FUP



SENAR

REALIZAÇÃO:



ENFOC



STTRs



FETAGs

6 anos
CONTAG

PARCEIRAS:

